

## APRESENTAÇÃO E JUSTIFICATIVA

O jornalista paraense Lúcio Flávio Pinto há mais de quatro décadas dedica-se à cobertura de temas candentes sobre a Amazônia, sendo um dos seus mais respeitados especialistas. Repórter e editor do alternativo, independente e combativo *Jornal Pessoal* (JP), de Belém do Pará, que se mantém há 22 anos, e autor de 17 livros, todos centrados em assuntos amazônicos, Lúcio Flávio Pinto conhece como poucos essa pauta, o que envolve uma demanda sobre questões políticas, econômicas, midiáticas, ambientais e de direitos humanos. Os grandes projetos assentados na região, seu impacto no ambiente e entre as populações locais, os interesses políticos envolvidos; as negociatas, os rombos financeiros nas instituições; a violência nas cidades; as práticas dos crimes de encomenda; os personagens da região; o poder dos donos da mídia; as práticas da mídia: temas que passam a produção crítica do jornalista, que, a partir da Amazônia, observa o Brasil.

Isso traduzido em uma região cuja porção brasileira atinge 5,2 milhões de quilômetros quadrados, que concentra em torno de 22 milhões de habitantes. Desse total, 2 milhões estão apenas na Grande Belém e 1,5 milhão em Manaus (AM), capitais dos dois maiores Estados da região e que alcançaram os menores resultados no Índice de Desenvolvimento Familiar (IDF), na recente apuração do Governo Federal.<sup>1</sup> Ou seja, são os mais pobres do País naquele indicativo social, apesar da potência de seus recursos naturais.

Além disso, o Pará é, reconhecidamente, um dos estados brasileiros onde os direitos humanos são mais intensamente violados e seus defensores constantemente ameaçados. As ocorrências mais graves são a exploração do trabalho em regime análogo à escravidão e os assassinatos por encomenda, motivados pelos conflitos fundiários, sendo os crimes anunciados nas listas dos marcados para morrer, como denunciam a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e as organizações Terra de Direitos e Justiça Global.<sup>2</sup> Uma cultura que não se restringe às pequenas cidades, estendendo-se à capital na figura dos “donos da cidade”: empresários, juízes, desembargadores, políticos, autoridades policiais, entre outros.

Por suas posições firmes ao tentar instaurar um debate público sobre esses temas e por sua crítica implacável às formas de poder estabelecidas na região, cujos representantes nem sempre estão dispostos a contra-argumentações, Lúcio Flávio tem amalhado muitos inimigos. Hoje enfrenta 30 processos judiciais movidos por empresários de diversos segmentos (incluindo da comunicação), políticos e funcionários públicos, que, ao invés de recorrerem ao direito de resposta como premissa da democracia, socorrem-se nas teias dos tribunais, conduzindo o debate à seara silenciosa da Justiça.

Ou às raias ruidosas do embate físico. Como ocorreu em 21 de janeiro de 2005, dentro de um restaurante em Belém. O empresário e advogado Ronaldo Maiorana, um dos proprietários das Organizações Romulo Maiorana, que abarcam, entre outros veículos, o jornal *O Liberal*, agrediu fisicamente Lúcio Flávio por causa de um artigo escrito por ele,

---

<sup>1</sup> Ver no site do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS): [www.mds.gov.br](http://www.mds.gov.br)

<sup>2</sup> Cf. relatório *Violação dos direitos humanos na Amazônia: conflito e violência na fronteira paraense*, 2005.

intitulado “O rei da quitanda”, narrando a trajetória daquela empresa de comunicação e as atividades de seu principal executivo, Romulo Maiorana Júnior. Com a cumplicidade de dois policiais militares, fazendo as vezes de seguranças privados, Ronaldo Maiorana agrediu o jornalista em meio a dezenas de testemunhas e ainda o ameaçou de morte. Maiorana, que exercia a função de presidente da Comissão de Defesa da Liberdade de Expressão da OAB-Pará, fez acordo judicial, sendo obrigado ao pagamento de cestas básicas. Mas, por conta dessa mesma situação, Lúcio Flávio foi processado pelos irmãos Maiorana, entre outras coisas, por sustentar que fora espancado, conforme o laudo do Instituto de Criminalística do Pará, e não esbofeteado, com o querem os Maiorana.

O que está no cerne da permanente batalha de Lúcio Flávio no Pará, especialmente, é o direito do público à informação de relevância e interesse públicos. Na sua vigília como jornalista e editor do JP, atenta para as questões que passam ao largo da grande imprensa pela omissão ou pela cobertura parcial, moldada pelos interesses políticos e/ou econômicos dos empresários da mídia local. Ele denuncia com rara capacidade de investigação a ponto de seus inimigos não questionarem suas informações, mas o simples fato de ter tocado nos assuntos tabus. Analisa e critica com fino poder de argumentação, não sendo desmentido por seus alvos, mas processado. Em uma região marcada pela herança colonial, pela figura ainda presente dos coronéis de asfalto, essa postura é considerada aversiva e indesejável.

Ou, como ele mesmo responde, em relação ao ofício do jornalista diante da informação e dos que a detêm:

*O que há a temer? Por que ceder? A causa é uma só: a opinião pública. Se cumprimos decentemente nosso ofício, somos seus auditores, seus porta-vozes, seus emissários. Por nosso intermédio, é o povo quem quer saber. O que soubermos, a ele comunicaremos. Não principalmente em palestras em circuito fechado ou em recepções, mas da forma mais pública e democrática possível: através do veículo de comunicação de massa, de maior ou menor potencial de difusão das informações apuradas. Queremos que essas informações estejam acessíveis o mais rapidamente possível para que, cada um sabendo sua hora e sua vez, faça o que precisa fazer. Fazer – no tempo certo, com a informação adequada – a história. O jornalismo é isso: a ante-sala dessa dependência mais vasta da criação humana. Só por isso nos temem. Só por isso nos abrem as portas mais maciças. Se não as abrem, as arrombamos. Sabemos que uma porta fechada costuma esconder a verdade (PINTO, 2005, p. 9).*

**Vida de jornalista** – Lúcio Flávio de Faria Pinto nasceu a 23 de setembro de 1949, na cidade de Santarém, região Oeste do Pará, filho de Iraci de Faria Pinto e Elias Ribeiro Pinto – ele, radialista, jornalista, comerciante e político. Aos cinco anos de idade mudou-se com a família para Belém, onde seu pai continuaria a exercer sua carreira política, elegendo-se prefeito de Santarém em 1967. Aos 15 anos apresentava um programa de rádio, patrocinado pela Cerâmica Marajó, de propriedade do pai, mas o chefe da 2ª Seção da 8ª Região Militar considerou o programa subversivo e o retirou do ar. Aos 16 já trabalhava como repórter no jornal *A Província do Pará*, onde depois ocupou o cargo de secretário de redação.

Em 1968, aos 18 anos, decidiu sair de Belém. Já havia experimentado uma curta passagem pelo *Correio da Manhã*, extinto jornal carioca, mas resolveu fixar-se em São Paulo, onde trabalhou no *Diário de São Paulo*, *Diário da Noite*, *Veja*, *IstoÉ*, *Jornal da República*, *Jornal da Tarde* e *O Estado de São Paulo*, onde consolidou sua carreira, atuando como repórter entre os anos de 1971 e 1988. Ao mesmo tempo trabalhou na imprensa alternativa, nos jornais *Opinião*, *Movimento*, *Ex* e *Versus*.

Em 1973 formou-se em Sociologia pela Universidade de São Paulo, tendo sido aluno, entre outros, de Fernando Henrique Cardoso, Edgard Carvalho, Herbert Baldus e Maurício Tragtemberg.

Ao tempo em que iniciou a pós-graduação na USP, foi estimulado a retornar a Belém para montar uma rede de sucursais do *Estadão* na Amazônia. Assim o fez, abandonando a carreira acadêmica, mas iniciando uma fase de intensa cobertura de temas amazônicos por toda a região. No mesmo período editou o alternativo *Bandeira 3*, aos moldes do *Pasquim*, sendo considerado um marco na imprensa do Pará por seu arrojo no tratamento da informação e na parte estética. A publicação durou apenas sete edições. Também foi convidado pelo então diretor de redação de *O Liberal*, Cláudio Augusto de Sá Leal, com quem iniciara em *A Província*, para trabalhar na empresa do Grupo Liberal, passando assim a atuar em duas frentes.

Sua participação no Grupo Liberal não se limitou ao jornal, no qual já assinava a coluna diária *Informe Amazônico*. Na década de 1980 também passou a apresentar um programa que levava seu nome, na TV Liberal.

Mas a década de 1980 foi decisiva na carreira do jornalista. Por suas críticas ao então governador do Estado, Jader Barbalho, passou a ser alvo de pressões do político e dono do jornal *Diário do Pará*. Foi nessa época também que se demitiu de *O Liberal* por não aceitar com os acordos políticos do proprietário do jornal, Romulo Maiorana, seu grande amigo, que morreria de câncer em 1986.

Apesar disso, Lúcio Flávio continuaria a colaborar com o jornal e a emissora de TV do grupo. O que acabaria quando do advento do *Jornal Pessoal*, em 1987, sobretudo com as posteriores críticas às atuações dos herdeiros de Romulo Maiorana.

O *Jornal Pessoal*, criado sob a inspiração do *I. F. Stone's Weekly*, do jornalista americano Isidor Feinstein Stone (1907-1989), nasceu de uma reportagem que a diretoria de *O Liberal* não quis assumir: a cobertura do assassinato do advogado e ex-deputado estadual pelo PC do B, Paulo Fonteles, em 11 de junho de 1987. Na contramão da imprensa e da própria polícia, o jornalista conseguiu apurar, durante três meses, as reais circunstâncias do assassinato por encomenda, apontando executores e os possíveis mandantes. Paulo Fonteles defendia posseiros em conflitos fundiários no Pará, sendo permanentemente ameaçado, sobretudo depois que perdera sua imunidade parlamentar ao tentar, sem sucesso, eleger-se deputado federal. Por isso, mantinha Lúcio Flávio como interlocutor permanente, pois sabia que o jornalista ecoaria as informações por meio dos veículos de comunicação. Com a

morte do advogado, o jornalista sabia que havia muitos interesses nesse silenciamento. Era um crime político, enfim. Mesmo sem poder publicar a reportagem em *O Liberal*, foi da gráfica deste jornal, sem que isto pudesse também ser citado, que saiu a primeira edição do JP.<sup>3</sup>

Aquele crime marcaria profundamente a história política da capital paraense e a carreira de Lúcio Flávio Pinto, que dessa forma sairia de vez da chamada grande imprensa.

Vinte e dois anos depois desse fato, duas tentativas de extinção, mas próximo de completar 500 edições, o JP sobrevive. Sem anúncios, vale-se apenas da venda de seus exemplares nas bancas e livrarias de Belém do Pará, ao custo de R\$ 3. A publicação quinzenal de 12 páginas, impressa em formato ofício, em uma só cor, feita por apenas um redator, ilustrada com charges do artista Luiz Pinto (irmão de Lúcio), em tiragem de 2 mil exemplares, não apresenta muitos atrativos para provocar tanta reação. Mas provoca por conta da singularidade da atuação intransigente de Lúcio Flávio pela “busca da verdade”.

Justamente por essa condição, o jornalista tem sido premiado no Brasil e em outros países. Ganhou quatro prêmios Esso de Jornalismo: o primeiro, em 1971, pela edição especial de 400 páginas sobre a Amazônia, publicada na revista *Realidade*, cuja tiragem foi de 450 mil exemplares. Outros dois foram concedidos em função da reportagem responsável pela existência do JP: a investigação sobre a morte de Paulo Fonteles.

Em 1988, a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) considerou o *Jornal Pessoal* a melhor publicação do Norte e Nordeste do País. Em 1997, Lúcio Flávio recebeu, em Roma, o *Colombe d’Oro per la Pace*, uma das altas honrarias no jornalismo italiano, concedida pela ONG Archivio Disarmo, por contribuir para o combate às injustiças sociais e à violação dos



A capa do primeiro JP: a cobertura do assassinato de Paulo Fonteles.

<sup>3</sup> Depois da primeira edição, o jornal passaria a ser rodado em diversas gráficas, cujos proprietários desistiam de continuar a fazê-lo por medo de retaliações. A gráfica que o imprime atualmente é a 11ª à qual o jornalista recorre, permanecendo nesta por alguns anos.

direitos humanos. Lúcio Flávio, indicado pelo jornalista Maurizio Chierici, foi o primeiro não europeu a recebê-la. E, em 2005, foi um dos laureados com o Prêmio Internacional de Liberdade de Imprensa, outorgado pelo Committee to Protect Journalists (CPJ), de Nova Iorque, àqueles profissionais que enfrentam o autoritarismo e perseguições de qualquer espécie. Não pôde comparecer ao evento por estar às voltas com o desenrolar de processos judiciais, sendo representado por sua filha, Juliana Pinto.

Ainda em 2005 foi indicado à comissão julgadora do prêmio Maria Moors Cabot, da Universidade de Columbia, um dos mais prestigiados do jornalismo interamericano. Segundo o jornalista Elio Gaspari, um dos que defenderam publicamente o jornalista quando da agressão sofrida por ele, Lúcio fora convidado pela Universidade de Harvard, na mesma época, para falar de sua experiência profissional, em visita que seria patrocinada pelo Centro David Rockefeller para Estudos Latino-Americanos. Mas o jornalista deixou de comparecer também em função das ações judiciais movidas contra ele.

Em junho de 2007 foi o homenageado especial da sessão de abertura da 59ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), ocorrida em Belém pela segunda vez. Foi a primeira homenagem prestada a um jornalista amazônida.

A entidade, dois anos antes, havia se manifestado publicamente em solidariedade ao jornalista, quando da agressão física contra ele praticada por Ronaldo Maiorana. Dizia a nota: “Meu caro Lúcio Flávio, conselheiro da SBPC, amigo. Foi com grande indignação que recebi a notícia da covarde agressão que você sofreu. Das ameaças de morte, pusilânimes. A prepotência e a brutalidade são a marca dos tiranetes que você sempre combateu. Que nós combatemos. Solidários. A SBPC está com você. Em terras amigas e também nas inimigas. Belém, e não só Belém, vive um tempo em que o estado de violência ainda persiste, nos subterrâneos e fora deles. A punição tarda. A sociedade reclama. **Contamos com a informação, o conhecimento e a educação para derrubar a violência, prepotente e assassina, e promover o estado de justiça e liberdade.** Em Belém e no Brasil. Oferecemos nossas melhores forças para que você possa continuar a escrever, a denunciar as injustiças, a pensar. O seu exemplo agora é de todos. É dele que nos orgulhamos. É isso que os seus agressores mais temem. Com um forte abraço, Ennio Candotti” (JORNAL DA CIÊNCIA, 2005, grifo nosso).

Em 2009, o jornalista foi homenageado durante o 4º Congresso Internacional de Jornalismo Investigativo, realizado em São Paulo. Lúcio deveria realizar duas conferências, mas foi surpreendido por uma sentença condenatória, como se verá a seguir, deixando de participar do evento.

A consistência da obra de Lúcio Flávio, a qualidade e a particularidade do jornalismo que pratica são responsáveis por inúmeras citações de seus textos em livros e trabalhos acadêmicos em áreas distintas do conhecimento, assim como pelas inúmeras pesquisas que têm como objeto o *Jornal Pessoal*, ou o intelectual e suas ideias. Como exemplos dessa produção, podem ser citados dois livros do jornalista Bernardo Kucinski: *Jornalistas e*

*revolucionários* (1991) e *A síndrome da antena parabólica* (1998), nos quais aborda a imprensa alternativa no Brasil.

Também pode ser destacada a produção de documentários, tais como: *Jornal Pessoal – 20 anos: a agenda amazônica de Lúcio Flávio Pinto*, de Dimitri Maracajá (2007); e programa *Regatão Cultural* especial sobre o jornalista, veiculado pela TV Cultura do Pará (2009). Além disso, o jornalista é frequentemente convidado a conceder entrevistas televisivas e pela *web* sobre temas relacionados à Amazônia e sobre a sua própria história.

Segundo levantamento feito pela jornalista e professora de Comunicação Maria do Socorro Furtado Veloso, que defendeu, na ECA/USP, uma monumental tese de doutorado sobre os 20 anos de existência do JP,<sup>4</sup> até 2008 havia, além de seu trabalho, pelo menos quatro pesquisas produzidas em universidades brasileiras sobre Lúcio Flávio e seu trabalho jornalístico. Não contabilizada nesse levantamento está, ainda, a tese da jornalista Célia Trindade Amorim intitulada “*Jornal Pessoal: uma metalinguagem jornalística na Amazônia*”, defendida no Programa de Comunicação e Semiótica da PUC-SP, também em 2008. Veloso é incisiva em apontar a justificativa central de sua pesquisa: “A defesa permanente do direito à informação como premissa básica dos sistemas democráticos...” (VELOSO, 2008, p. 20).

**Informação e poder** – Esta indicação do nome de Lúcio Flávio Pinto ao 10º Prêmio USP de Direitos Humanos encontra sua razão de ser justamente nessa premissa: a defesa do direito à informação como direito do cidadão e, portanto, em sua relação estreita com a democracia. Uma correlação que faz sentido no exercício profissional de Lúcio Flávio Pinto, cujo direito de informar os donos dos poderes no Pará tentam usurpar. Como observa a teóloga alemã naturalizada brasileira, Marga Rothe,<sup>5</sup> ao se referir ao trabalho do jornalista na Amazônia:

*[...] o Lúcio Flávio é uma pessoa ímpar, que sempre levantou a voz, muitas vezes a única voz que se levantava, por isso é que importante nós somarmos com essa campanha que algumas pessoas estão incentivando para que o Lúcio seja tratado como ele merece, e não como quem é dono do poder quer que ele seja tratado. Então nós aqui lutamos. É uma luta de Davi contra Goliás, porque quem acaba vencendo é quem tem poder aquisitivo.*

Ou como a ele se refere o Padre Ricardo Rezende Figueira,<sup>6</sup> cuja história na Amazônia está intrinsecamente relacionada à causa da Justiça.

*O jornalista Lúcio Flávio tem sido uma fonte preciosa de informação e análise sobre os problemas da Amazônia. Ele tem tido um papel relevante no estado e no País para apontar problemas, buscar razões às causas, e ele tem sido uma voz que, corajosamente, tem defendido*

<sup>4</sup> VELOSO, Maria do Socorro Furtado. **Imprensa, poder e contra-hegemonia na Amazônia: 20 anos do Jornal Pessoal (1987-2007)**. Tese (Doutorado)—Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

<sup>5</sup> Entrevista concedida a Adelaide Oliveira e Conceição Golobovante em 14 de agosto de 2009.

<sup>6</sup> Entrevista concedida a Cláudia Leão em 15 de setembro de 2009.

*questões que são extremamente atuais na Amazônia. De fato, muitas vezes ele tem agido como um Dom Quixote, não é? Com seu Jornal Pessoal ele tem cumprido, de fato, um papel social muito importante na luta pelos direitos humanos na Amazônia.*

A propósito, atualmente o jornalista enfrenta uma condenação imposta pelo juiz da 4ª Vara Cível de Belém, Raimundo das Chagas Filho, em 6 de julho de 2009. Trata-se ainda de uma das contendas entre Lúcio Flávio e os irmãos Maiorana em função de outro artigo do jornalista, intitulado “Um império ao Norte”, publicado originalmente em um livro organizado pelo jornalista italiano Maurizio Chierici e reproduzido no JP em novembro de 2005. Lúcio Flávio foi sentenciado a indenizar os irmãos em R\$ 30 mil (mais as custas processuais, o que eleva a quantia a quase R\$ 40 mil), mas recorre da sentença, apontando, entre outros aspectos, a suspeição do juiz, que aplicou a condenação além do que havia sido pleiteado na petição original. O juiz proibiu o jornalista de mencionar não apenas o nome do fundador das ORM, Romulo Maiorana, tal qual havia sido pedido, como também de seus filhos Ronaldo e Romulo Júnior.

A sentença é, assim, uma clara disposição de censurar o jornalista e extinguir seu jornal. É também um sintoma da situação paradoxal que o jornalista vive de ter mais processos judiciais na fase democrática do País do que na época do regime militar. Na fase autoritária, o jornalista foi processado uma vez com base na Lei de Segurança Nacional por ter denunciado a tortura que presos sofreram após uma fuga. Fotografias dos indícios da tortura foram publicadas no suplemento Encarte do jornal *O Liberal*, editado por Lúcio, o que motivou a abertura de inquérito policial para investigar a denúncia. Ele e o repórter policial Paulo Ronaldo foram indiciados por “incitarmos a sociedade contra as autoridades” (PINTO, 2005, p. 47), uma vez que a polícia interpretou que as fotos haviam sido montadas; mas o processo, mais tarde, foi desqualificado e arquivado pela justiça comum.

Por conta daquela condenação e de toda a situação que envolve o jornalista, foi lançado na internet o *blog* da campanha “Solidariedade a Lúcio Flávio Pinto”,<sup>7</sup> promovida por um grupo de jornalistas, historiadores e professores, os mesmos proponentes desta indicação. O abaixo-assinado iniciado reuniu 766 assinaturas de diversas partes do Brasil e de outros países, no período de 10 de julho a 16 de agosto, pedindo a revisão da sentença do jornalista. A lista de signatários aponta a participação de advogados, jornalistas, historiadores, estudantes, professores, psicólogos, escritores, artistas, funcionários públicos, um procurador da República, entre outros profissionais. Além das assinaturas, os participantes deixaram inúmeras mensagens de apoio ao jornalista. A petição está sendo encaminhada a diversos organismos nacionais e internacionais relacionados à comunicação e à defesa dos direitos humanos, além de ter sido enviada à 4ª Vara Cível e à presidência do Tribunal de Justiça do Pará.

Manifestações de solidariedade e a repercussão do caso foram observadas também na própria internet, entre *sites* e *blogs* administrados por jornalistas, entre eles Luiz Carlos Azenha, Ancelmo Gois e Ricardo Noblat. A grande imprensa praticamente silenciou sobre

---

<sup>7</sup> Disponível em <http://solidariedadelucioflaviopinto.blogspot.com/>

o assunto, à exceção da *Carta Capital*, que a respeito publicou uma nota assinada por Maurício Dias.

A importância de se apresentar o desdobramento desse caso sinaliza a condição de vulnerabilidade que o jornalista Lúcio Flávio Pinto experimenta na Amazônia. Sendo um dos raros profissionais do jornalismo no Pará que enfrentam o poder constituído em várias frentes, ele se mantém firme em sua postura de buscar e partilhar a informação com o público. A participação das pessoas na campanha aberta demonstra que a conduta de Lúcio Flávio Pinto não passa despercebida pelo público. Mais ainda: é apoiada e desejada pelo público, como demonstra esta mensagem deixada pelo engenheiro José Cláudio Seixas de Aragão: “Devo ao Lúcio Flávio a não aprovação no BNH em 1983 de um projeto da Capemi de 1,5 bilhão, dinheiro da época. Embora tenha negado como funcionário sua aprovação, após ter recebido um insistente murro na mesa do Gerente do BNH, com prazo de 24hs para sua aprovação, na verdade foi o Lúcio que com seu artigo publicado no Jornal Estado de S. Paulo, em 09.04.1983 como Sucursal de Brasília, para mais uma vez preservar a fonte, quem impossibilitou na época a concretização daquela imoralidade. Hoje posso vir a público contar referido fato e mais uma vez lhe agradecer pelo bem prestado aos cofres públicos e a moralidade. Lúcio Flávio você é pessoa nobre, íntegra e lamentavelmente em extinção em nosso país. Conte sempre comigo. Um abraço, Aragão” (BLOG SOLIDARIEDADE..., 1º ago 2009).

Esse episódio de apoio ao jornalista repete, de algum modo, a rede de solidariedade criada em 2005, quando da agressão por ele sofrida.<sup>8</sup> A essa época também foram criados abaixo-assinados, e organizações nacionais e internacionais, como Repórteres sem Fronteiras e o Greenpeace, manifestaram-se, encaminhando às autoridades brasileiras petições em favor da vida do jornalista e da garantia do direito de informar a opinião pública. Um debate organizado pelo curso de Comunicação Social da Universidade Federal do Pará e pela SBPC, uma semana depois do ocorrido, reuniu dezenas de pessoas no prédio da Justiça Federal, em Belém.

Da parte da imprensa local, os veículos das Organizações Romulo Maiorana silenciaram sobre o fato, enquanto seus proprietários processavam Lúcio Flávio. Apenas o jornal *Diário do Pará* deu cobertura ao tema da agressão. No caso mais recente da condenação do jornalista, *O Liberal* publicou a sentença do juiz na íntegra e o *Diário* não fez qualquer menção a respeito, embora alguns de seus jornalistas tenham participado do abaixo-assinado em favor de Lúcio Flávio.

Contribuir para a garantia da liberdade de expressão, denunciando os que se colocam contra ela, é um direito que o público, em contrapartida, pode e deve exercer. Esse foi um dos recados que a campanha de 2009 pôde apurar diante das manifestações observadas. Apoiar um profissional como o jornalista Lúcio Flávio Pinto faz parte dessa empreitada pela consolidação verdadeira da democracia no País.

---

<sup>8</sup> Lúcio Flávio narra a história da formação dessa rede no livro *A agressão*, publicado em 2008.



**Direito à informação** – Assim, a indicação do nome de Lúcio Flávio Pinto centra-se em um ponto chave de sua experiência profissional: a apuração dos fatos de interesse público e a defesa intransigente de sua publicização, como um direito do cidadão à informação, uma premissa da democracia em seu estreito vínculo, portanto, com os direitos humanos. Pode-se acrescentar: os direitos humanos na Amazônia, uma região ainda considerada a periferia do Brasil, apesar do interesse internacional que a cerca. Uma seara do mundo às vezes esquecida na sua dimensão humana, política e social, daí a importância do trabalho de profissionais como Lúcio Flávio Pinto a tecer a trajetória da região no seu cotidiano, dando-lhe dimensão e perspectiva históricas, e ampliando-a de forma crítica e analítica, movido pela liberdade e compromisso de intelectual público.

Como afirma Celso Lafer:<sup>9</sup>

*A afirmação jurídica dos direitos inaugura a plenitude da perspectiva dos governados. É a passagem, como diz Bobbio, do dever do súdito para o direito do cidadão. Daí a interconexão entre os direitos humanos e a democracia. Por isso, uma parte relevante da sua tutela diz respeito às liberdades públicas e às garantias voltadas para proteger os direitos do indivíduo contra o arbítrio dos governantes e, concomitantemente, assegurar o pluralismo da sociedade.*

Nesta mesma perspectiva, é elucidativo o testemunho do arcebispo metropolitano de Niterói, D. Fr. Alano Maria Pena,<sup>10</sup> sobre a contribuição do jornalista Lúcio Flávio Pinto à questão dos direitos humanos em suas coberturas jornalísticas pelo Pará:

*Conheci o jornalista Lúcio Flávio quando iniciava, ainda bem jovem, sua missão jornalística, com o coração cheio de uma paixão ardente pela verdade e pela causa da justiça. À medida em que foi adentrando o universo complexo da defesa dos direitos humanos, curtido na escola de não poucos sofrimentos e perseguições, amadureceu-se nele o perfil de um homem adulto, culto, sem medo de vincular sua brilhante inteligência às causas da defesa e da promoção dos direitos humanos na convulsionada região do Sudeste Paraense.*

Lúcio Flávio, ao longo da cobertura jornalística, empreendida pela Amazônia, denunciou a grilagem, o violência contra trabalhadores rurais, o trabalho escravo, a prática da pistolagem, entre outros problemas que se multiplicam nos rincões da região. Informações de interesse público, um outro olhar sobre a Amazônia, sem a pecha do exotismo. Seus livros, um após o outro, apontam a reflexões nascidas de suas andanças pela região, constituindo um acervo a ser partilhado, pois, para ele, a posse da informação deveria conduzir ao conhecimento, para que “os amazônidas sejam detentores do saber de sua região” (PINTO, 2002). Ao mesmo tempo, tem consciência do impasse que é ser “dono” desse saber e de suas implicações, ou tornar-se notório contrariando interesses em uma região de muitos donos. Ao analisar, por exemplo, a liderança e o “destino heroico” do seringueiro Chico Mendes, assassinado em 1989 pelo fazendeiro Darly Alves da Silva,

---

<sup>9</sup> LAFER, Celso. Variações sobre um conceito. In: *Comciência*, n. 106, 10 mar. 2009. Disponível em <http://www.comciencia.br/comciencia/?section=8&edicao=43&id=518>. Acesso em: 17 ago 2009.

<sup>10</sup> Depoimento à jornalista Cláudia Leão, por e-mail, em 4 de setembro de 2009.

imaginava que essa morte poderia ter suscitado um esforço mais amplo pela causa da justiça na Amazônia.

*O destino manifesto de Chico Mendes, só lateralmente abordado nos milhares de páginas escritas a propósito de seu assassinato, deveria ter servido de incentivo a um esforço coletivo de atualização, no sentido de conciliar o sertão amazônico com o acervo de franquias e direitos individuais do Brasil moderno. [...] Na Amazônia, porém, pessoas que se destacam por sua combatividade ou pelas idéias divergentes que adotam, ou então porque pertencem às chamadas “classes subalternas” (rebeldes ou marginais), continuam sujeitas à eliminação física premeditada, a entrar para a relação da morte anunciada, que circula, com desenvoltura e cinismo, pelos grotões da região.* (PINTO, 2002, p. 54).

Nesse sentido, é oportuna a declaração do Padre Bruno Secchi<sup>11</sup> sobre a luta de Lúcio Flávio Pinto, ao lado de outros nomes importantes:

*A figura emblemática do Chico Mendes é intimamente ligada a essa luta. Paulo Fonteles, João Batista, vários sindicalistas, principalmente os ligados aos sindicatos rurais, pela defesa da terra. São pessoas que realmente marcaram a história dos defensores dos direitos humanos aqui na Amazônia. Agora, a figura de Lúcio Flávio realmente merece não somente o maior respeito, o maior reconhecimento por tudo aquilo que ele tem combatido ao longo de todos esses anos, não é? Trazendo para o conhecimento da população, da comunidade, da sociedade, tantas e tantas situações que colocavam em evidência o quanto os interesses pessoais e os interesses corporativos, os interesses mais do capital, prevaleciam frente aos interesses realmente da população, da preservação da terra, das riquezas naturais e da preservação da cultura... da cultura amazônica. Então, a figura do Lúcio Flávio, ela realmente se reveste da maior importância e ele tem sido ... Já que eu sou padre eu posso fazer essa [afirmação]... Ele tem sido a voz de um profeta e continua sendo marcado pela perseverança, pela persistência, sem se deixar dobrar, sem se deixar vencer por tantas adversidades e por tantas ações que foram movidas contra ele. No entanto, ele continua firme nesse sentido, ele é um grande exemplo pela luta, diante da verdade, diante do direito, da garantia, da dignidade aqui nessa região tão espoliada e, ao mesmo tempo, tão rica de valores e de riquezas e de tantas potencialidades.*

*Sendo jornalista, eu acho que ele soube realmente colocar para toda a sociedade o verdadeiro papel do jornalista. Um jornalista que preza a verdade, que luta por ela e que faz da sua voz uma voz a serviço da verdade e a serviço dos fatos, sem se deixar manipular por outros interesses.*

Informar e conhecer. Esse binômio também está no fundo das questões apresentadas pelo jornalista ao debate. Para ele, sem o jornalismo “a agenda dos cidadãos pode ser privada de informações fundamentais para definir os seus atos, a sua presença e a sua própria razão de ser. E a sua possibilidade de fazer história, que sempre existe, mas nem sempre oferece a recorrência, a segunda oportunidade” (PINTO, 2008, p. 9).

Não por acaso, a pesquisadora Socorro Veloso, em sua tese de doutorado, destaca a tendência cada vez mais acentuada do jornalista em debater o direito à informação, no que

---

<sup>11</sup> Entrevista concedida em 14 de agosto de 2009 à Adelaide Oliveira e Conceição Golobovante.

classificou como a quarta fase da vida do JP, entre 2002 e 2007. “[...] como em nenhuma outra fase do JP, os temas relacionados aos grupos de comunicação paraenses, suas imbricações com o poder político e a liberdade de imprensa, mereceram especial atenção” (VELOSO, 2008, p. 168). Enquanto isso, a agressão sofrida pelo jornalista, um atentado à liberdade de imprensa, e as respostas das entidades de classes (como Fenaj e OAB-PA), que consideraram a agressão uma “rixa” de família, ou o Sindicato dos Jornalistas do Estado do Pará, que divulgou uma nota abrangente e evasiva sobre o fato e sequer se manifestou sobre a condenação recente, fazem um contraponto aos seus esforços.

Esse debate ganhou um contorno mais acentuado em 2008, quando Lúcio deu início a uma série de artigos questionando o papel da imprensa regional na garantia dos direitos humanos, tendo por base a ausência da salvaguarda da dignidade humana nas imagens fotográficas veiculadas pelos jornais. Ao longo do ano escreveu diversos artigos criticando a cobertura policial sensacionalista dos grandes jornais locais – *O Liberal* e *Amazônia Jornal*, das ORM, e *Diário do Pará*, do grupo RBA. O crescente uso de imagens grotescas de cadáveres dilacerados e em outras situações indignas, mais apropriadas aos laudos dos institutos de criminalística, repugnou o jornalista, que condenou continuamente essa prática, denunciando a disputa sem ética dos jornais locais em seus interesses comerciais. Sobretudo porque, em sua argumentação, os cadáveres expostos são de pessoas pobres, em sua maioria, discriminadas duas vezes pelos veículos de comunicação.

O auge do debate se deu no mês de julho, quando os jornais publicaram fotografias dos esqueletos carbonizados de cinco moças da classe média de Belém, que se envolveram em um dos mais violentos acidentes de trânsito registrados no Pará, nos últimos anos, na estrada que leva ao conhecido balneário de Salinas. A cobertura dos jornais indignou não apenas a família das vítimas, que passou a repelir a aproximação da imprensa, mas acendeu o alerta entre a classe média de Belém, que se julgava invulnerável à cobertura abusiva dos jornais.

A imagem de um dos corpos sem a cabeça, e esta apresentada em primeiro plano na fotografia de *O Liberal*, mereceu de Lúcio Flávio o contundente artigo “O ovo da serpente”. O artigo registra o retorno do jornalismo paraense “aos piores momentos do passado”, referindo-se a fases agudas do jornalismo sensacionalista brasileiro e a redefinição editorial ocorrida na maioria dos veículos de comunicação do País.

*Todos justificam o sensacionalismo crescente com o argumento de que o público, sobretudo o das camadas ditas mais baixas da população, gosta de sangue e tragédia. Só com essa motivação ele se dispõe a comprar jornais, expandindo a comercialização por essa faixa da população, à qual os impressos têm dificuldade de acesso. Seria o preço inevitável para vender mais jornal, escapando à crise universal dos impressos. Ainda que esse argumento fosse verdadeiro, devia esbarrar em critérios editoriais mais respeitáveis. As duas corporações de comunicação podiam estabelecer e acatar regras de convivência na selvagem competição na qual vivem hoje. Cadáveres frontais e outras imagens semelhantes podiam ser expurgados das páginas dos jornais por acordo mútuo, em consideração à função cívica, educacional ou cultural que cabe à imprensa desempenhar na sociedade* (PINTO, ago 2008, p. 2).

A contínua provocação do jornalista resultou em uma ação inédita no Pará. No dia 11 de novembro de 2008, a Procuradoria Geral do Estado do Pará propôs uma ação civil pública no fórum de Belém, em petição assinada conjuntamente por representantes do Movimento República de Emaús, uma das entidades de maior respeitabilidade no Estado por sua luta em defesa dos direitos de crianças e adolescentes, e da Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos. O ponto principal da petição: impedir que os jornais continuassem a divulgar “fotos/imagens de pessoas vítimas de acidentes e/ou de mortes brutais e demais imagens que não se coadunem com a preservação da dignidade da pessoa humana e do respeito aos mortos” (apud PINTO, dez. 2008, p. 1).



De agosto de 2008 a janeiro de 2009: artigos contra os abusos da imprensa no uso de imagens degradantes da condição humana e da memória dos mortos, e a decisão da Justiça de coibir tais práticas.

Acolhida a ação, a relatoria da desembargadora Eliana Daher Abufaiad foi aclamada pela 4ª Câmara Cível Isolada do Tribunal de Justiça do Pará em abril de 2009. Os jornais estavam proibidos de publicar “fotos ou imagens de pessoas vítimas de acidentes, assassinatos e demais formas de mortes brutais, que ofendam a dignidade humana ou desrespeitem os mortos. A desobediência à determinação poderá acarretar multa diária de cinco mil reais” (PINTO, maio 2009, p. 1).

A decisão da justiça do Pará teve repercussão nacional e internacional, dividindo opiniões. De um lado, os que concordavam com a proibição em nome da ética e da dignidade humana. De outro, incluindo os editores dos jornais, que consideraram-na censura prévia. Defendendo, obviamente, a decisão contra as interpretações apressadas, Lúcio Flávio afirmou: “A proibição foi à continuação da barbárie visual, caracterizada pela publicação de fotografias sensacionalistas” (PINTO, maio 2009, p. 2), ressaltando a perceptível mudança no tratamento editorial da cobertura policial dos jornais de Belém, desde então.

A atuação de Lúcio Flávio Pinto nesse episódio corrobora a ideia sustentada por ele de que uma empresa jornalística não é igual a qualquer outra empresa. Como ele enfatiza em depoimento no documentário *Jornal Pessoal – 20 anos*, de Dimitri Maracajá.

*É uma empresa que lida com uma subjetividade enorme, que é o jornalismo. Com um elemento de ética e de moral fundamentais. Não podem tratar a notícia como banana. A notícia, nem sempre ela é objetiva. Ela nunca é neutra, nunca, mas nem sempre é objetiva. Às vezes ela é cercada de subjetividade; às vezes ela é até contaminada por essas subjetividades, e a gente precisa considerar isto”.*

Nesse sentido, para ele, um jornalista se define por três perguntas a serem feitas diante de um fato: 1) É verdadeiro?; 2) É relevante? e 3) Precisa ser de conhecimento da sociedade?<sup>12</sup> Assim aponta o *modus operandis* de sua prática jornalística, concatenando a realidade à necessária interpretação. Para o jornalista, essa interpretação precisa ser feita em perspectiva histórica, iluminando os fatos para além do interesse comezinho, pois se trata de uma informação relevante e de interesse público. Como escreveu na apresentação de *A história censurada: o Pará dos nossos dias*, a respeito de sua condenação:

*Este livro foi escrito para impedir que esse retrocesso [a censura imposta] se consuma. Ele espera poder mobilizar as pessoas conscientes da história, para que resistam às violências de um autêntico processo político. Ao mesmo tempo, visa assegurar que a história não se torne uma página em branco, ou preenchida com uma verdade utilitária.*

Essa postura demonstrada encontra eco na definição de intelectual público feita por Edward Said (2005, p. 26):

*Não existe algo como intelectual privado, pois, a partir do momento em que as palavras são escritas e publicadas, ingressamos no mundo público. Tampouco existe somente um intelectual público, alguém que atua apenas como uma figura de proa, porta-voz ou símbolo de uma causa, movimento ou posição. Há sempre a inflexão pessoal e a sensibilidade de cada indivíduo, que dão sentido ao que está sendo dito ou escrito. O que o intelectual menos deveria fazer é atuar para que seu público se sinta bem: o importante é causar embaraço, ser do contra e até mesmo desagradável.*

Lúcio Flávio Pinto, portanto, é um intelectual que se coloca a serviço do interesse público, com a difusão da informação, em busca da verdade, como ele mesmo afirma. Isso se dá não apenas através de seu jornal e livros, mas por meio de palestras e debates a que ele se dispõe – já proferiu cerca de duas mil palestras desde 1967, quando começou a ser convidado a falar sobre Amazônia, muitas vezes de graça. É sua forma de exercer a *vita activa* referida por Hannah Arendt (2005, p. 192), a vida no discurso e na ação que singulariza os homens na pluralidade. “Na ação e no discurso, os homens mostram quem são, revelam ativamente suas identidades pessoais e singulares, e assim apresentam-se ao mundo humano...”. Por isso, talvez, incomode tanto aos que, tomando o que é público como se privado fosse, preferem não contraditá-lo publicamente, mas levá-lo à justiça. Fazê-lo calar-se é, então, o fim desejável a seus contendores. Por sinal, o articulista Carlos Tautz, ao repudiar a condenação recente do jornalista, no artigo “Um juiz e o espírito do AI-5” (OBSERVATÓRIO DA IMPRENSA, 11 ago 2009) vaticina:

<sup>12</sup> Conteúdo do depoimento a Dimitri Maracajá.

*A sentença do juiz de Belém é ainda mais grave se observado o cenário da mineração no Pará. O Estado receberá novos grandes projetos a partir de 2010, quando deverá entrar em vigor a normatização da mineração em terras indígenas. Repositórios de incalculáveis volumes já instaladas no Brasil e de outras gigantes (como as chinesas) que nesse momento estão fechando as estratégias para entrarem um terreno amplamente dominado pela Vale e suas conexões com o Estado brasileiro.*

*A atuação desimpedida de jornalistas como Lúcio Flávio Pinto ajudaria a revelar para a sociedade essa nova fase do modelo primário-exportador na Amazônia. Por isso é urgente restaurar o Estado democrático de direito e retirar de cima da cabeça de todos os jornalistas independentes a espada da censura prévia imposta por um juiz de Belém.*

Essa afirmação em reconhecimento ao trabalho do jornalista mostra que Lúcio Flávio Pinto é um intelectual atento à história, à sua história, à de sua região e seu País. Ele abraça “com força a sua época”, no dizer de Jean-Paul Sartre sobre o papel do escritor como intelectual, na apresentação da revista *Les Temps Modernes*.<sup>13</sup>

*É o futuro de nossa época que deve ser o objeto dos nossos cuidados: um futuro limitado que mal se distingue dela – pois uma época, como um homem, é antes de tudo um futuro. Ele é feito de seus trabalhos em andamento, de seus empreendimentos, de seus projetos de longo ou médio prazo, de suas revoltas e combates, de suas esperanças.*

Por todo o exposto, Lúcio Flávio Pinto tem o perfil exemplar aos propósitos do Prêmio USP de Direitos Humanos. A premiação, além de distingui-lo com a honraria dessa instituição, seria um importante canal de difusão de sua luta política em favor do interesse público de ser informado e a possibilidade de salvaguarda de seu direito de informar. Seria, finalmente, a ratificação do Artigo 19 da Declaração Universal dos Direitos Humanos: “Todo ser humano tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e idéias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras”.

## BIBLIOGRAFIA CONSULTADA E OUTRAS REFERÊNCIAS

ARAGÃO, José Cláudio Seixas de. [Depoimento]. **Blog Solidariedade a Lúcio Flávio Pinto**, 1º ago 2009. Disponível em: <http://solidariedadelucioflaviopinto.blogspot.com/>

ARENDDT, Hannah. **A condição humana**. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

BLOG SOLIDARIEDADE A LÚCIO FLÁVIO PINTO. Disponível em: <http://solidariedadelucioflaviopinto.blogspot.com/>

<sup>13</sup> Texto compilado por BASTOS, Elide Rugai; RÊGO, Walquiria D. Leão. **Intelectuais e política: a moralidade do compromisso**. São Paulo: Olho d'Água, 1999. p. 130, 131.

FIGUEIRA, Ricardo Rezende. [Entrevista à jornalista Cláudia Leão]. Rio de Janeiro, 2009. Depoimento por telefone.

GASPARI, Elio. O Jornal Pessoal vai a Harvard. **Folha de S. Paulo**, 6 fev. 2005.

LAFER, Celso. Variações sobre um conceito. In: **Comciencia**, n. 106, 10 mar. 2009. Disponível em <http://www.comciencia.br/comciencia/?section=8&edicao=43&id=518>. Acesso em: 17 ago 2009.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. Índice de Desenvolvimento da Família (IDF) aponta o nível de vida... Brasília, 5 jan. 2009. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/noticias/indice-de-desenvolvimento-da-familia-idf-aponta-o-nivel-de-vida-da-populacao-mais-pobre-e-permite-priorizar-politicas-sociais/?searchterm=IDF>. Acesso em: 25 set. 2009.

PENA, Alano Maria. [Entrevista à jornalista Cláudia Leão]. São Paulo, 2009. Recebido em [aclaudialeao@gmail.com](mailto:aclaudialeao@gmail.com) em 4 set. 2009.

PINTO, Lúcio Flávio. **Internacionalização da Amazônia**. Belém: Edição Jornal Pessoal, 2002.

\_\_\_\_\_. **Guerra amazônica: o jornalismo na linha de tiro** (de grileiros, madeireiros, intelectuais, etc & cia.). v. 1. Belém: Edição Jornal Pessoal, 2006.

\_\_\_\_\_. **Contra o poder**. Belém: Edição Jornal Pessoal, 2007.

\_\_\_\_\_. **A agressão**. Belém: Edição Jornal Pessoal, 2008.

\_\_\_\_\_. **Amazônia sangrada** (de FHC a Lula). Belém: Edição Jornal Pessoal, 2008.

\_\_\_\_\_. **A história censurada: o Pará dos nossos dias**. Belém: Edição Jornal Pessoal, 2009.

\_\_\_\_\_. O ovo da serpente. **Jornal Pessoal**, Belém, n. 423, ago 2008.

\_\_\_\_\_. Fim da sangria diária?. **Jornal Pessoal**, Belém, n. 430, dez. 2008.

\_\_\_\_\_. Sangria é contida. **Jornal Pessoal**, Belém, n. 440, maio 2009.

\_\_\_\_\_. **Jornal Pessoal 20 anos: a agenda amazônica de Lúcio Flávio Pinto**. Documentário. Direção: Dimitri Maracajá. Produzido por Clandestina Produções. 1 DVD (21min.57seg.), color. Exibido pela TV Cultura do Pará em 1º maio 2009.

\_\_\_\_\_. **Programa Regatão Cultural**. Documentário. Produzido por TV Cultura do Pará. 1 DVD (36min.33seg.), color. Exibido em 25 ago 2008. Contém depoimentos diversos.

VELOSO, Maria do Socorro Furtado. **Imprensa, poder e contra-hegemonia na Amazônia: 20 anos do Jornal Pessoal (1987-2007)**. Tese (Doutorado)—Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

SAID, Edward W. **Representações do intelectual: as Conferências Reith de 1993**. Tradução de Milton Hatoum. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SARTRE, Jean-Paul. Os tempos modernos: apresentação. In: BASTOS, Elide Rugai; RÊGO, Walquiria D. Leão. **Intelectuais e política: a moralidade do compromisso**. São Paulo: Olho d'Água, 1999.

SAUER, Sérgio. **Violação dos direitos humanos na Amazônia: conflito e violência na fronteira paraense**. Goiânia: CPT; Rio de Janeiro: Justiça Global; Curitiba: Terra de Direitos, 2005.

SECCHI, Bruno. [Entrevista às jornalistas Adelaide Oliveira e Maria da Conceição Golobovante]. Belém, 14 ago 2009. 1 DVD (15min.), color.

SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA. SBPC se solidariza com Lúcio Flávio Pinto... **Jornal da Ciência e-mail**, n. 2.693, 24 jan. 2005. Disponível em: <http://www.jornaldaciencia.org.br/Detalhe.jsp?id=24940>. Acesso em: 6 set. 2009.

ROTHER, Rosa Marga. [Entrevista às jornalistas Adelaide Oliveira e Maria da Conceição Golobovante]. Belém, 14 ago 2009. 1 DVD (15min.), color.

TAUTZ, Carlos. Um juiz e o espírito do AI-5. **Observatório da Imprensa**, São Paulo, 11 ago 2009. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos.asp?cod=550CID001>. Acesso em: 15 ago 2009.



## DEPOIMENTOS SOBRE LÚCIO FLÁVIO PINTO

**D. Fr. Alano Pena**

Arcebispo metropolitano de Niterói (RJ)

Entrevista

Comoveu-me saber da justíssima homenagem que se pretende prestar ao valoroso jornalista Lúcio Flávio Pinto. Respondo, embora sucintamente, às duas questões que me encaminhou:

*Sobre a questão dos direitos humanos na Amazônia.*

A questão dos direitos humanos na Amazônia é bastante complexa por estar insculpida na história daquela região desde o início do século XX, para não falar de décadas anteriores. É difícil resumi-la em poucas palavras. Entretanto destaco que foi, e ainda é, uma árdua conquista dos pequenos, dos mais carentes face aos “mega poderes” de grupos econômicos do país e do exterior. Muitas vidas inocentes foram tragicamente eliminadas neste contexto. Famílias humildes, trabalhadoras cuja história esteve ligada intimamente ao solo amazônico, foram tristemente dele alijadas sem a mínima consideração humana. Oxalá esta história seja um dia bem pesquisada e resgatada.

*A contribuição do trabalho jornalístico de Lúcio Flávio Pinto nessa luta.*

Conheci o jornalista Lúcio Flávio quando iniciava, ainda bem jovem, sua missão jornalística, com o coração cheio de uma paixão ardente pela verdade e pela causa da justiça. À medida em que foi adentrando o universo complexo da defesa dos direitos humanos, curtido na escola de não poucos sofrimentos e perseguições, amadureceu-se nele o perfil de um homem adulto, culto, sem medo de vincular sua brilhante inteligência às causas da defesa e da promoção dos direitos humanos na convulsionada região do Sudeste Paraense.

Há muito tempo não tenho contato mais direto com este ilustre jornalista, mas alegro-me e agradeço a Deus a possibilidade de dar, em seu favor, este pequeno testemunho. Espero que as luzes divinas continuem a acompanhá-lo na nobre missão que abraçou com tanto ardor desde da sua juventude.

(Entrevista concedida por e-mail em 4 de setembro de 2009).

**Rosa Marga Rothe**

Teóloga, mestre em Antropologia Social, fundadora da Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos e ex-ouvidora do Sistema Estadual de Segurança Pública do Estado do Pará.

## Entrevista

*Apresentação*

Estou há 40 anos em Belém e 30 e pouco dos quais militando pelos direitos humanos. Eu iniciei ainda na época da ditadura, quando os desafios eram muito grandes. Algumas coisas de lá para cá mudaram, mas ainda hoje as pessoas que denunciam é que são tratadas como criminosas. Isso é algo que me incomoda profundamente, sempre me incomodou desde criança. Então nós nos reunimos para somar forças e fazer, alargar esse espaço da cidadania, da participação da sociedade nos problemas do nosso tempo, né? E o Lúcio Flávio é uma pessoa ímpar, que sempre levantou a voz, muitas vezes a única voz que se levantava, por isso é que importante nós somarmos com essa campanha que algumas pessoas estão incentivando para que o Lúcio seja tratado como ele merece, e não como quem é dono do poder quer que ele seja tratado. Então nós aqui lutamos. É uma luta de Davi contra Goliás, porque quem acaba vencendo é quem tem poder aquisitivo.

Os advogados que defendem os bandidos ganham muito dinheiro e aqueles que defendem os defensores de direitos humanos são perseguidos. Aqui inclusive nós queríamos iniciar o programa de defensores de direitos humanos com a Irmã Dorothy, e ela foi morta antes. Então, muita gente aqui na nossa sociedade já foi morta, tem muita gente que incomoda e que está na lista para ser morta, e a mobilização da sociedade é importantíssima para que essas pessoas continuem a viver e dar a sua contribuição, porque são pessoas importantíssimas, que sabem das coisas e não têm medo de falar, porque não têm medo de se comprometer com o que é justo. Então, essa campanha de defender o Lúcio e outras pessoas que são defensores de direitos humanos, aqueles que denunciam as arbitrariedades do poder do dinheiro que corrompe, compra juízes, compra advogados, compra promotores, claro que não todos... Mas essa é uma chaga que nós ainda não conseguimos erradicar. E é preciso, então, premiar as pessoas que continuam fazendo isso sem ter lucro, pelo contrário, tendo perdas e sabendo que o seu fazer implica riscos, e nem por isso elas deixam de falar o que têm que falar.

*Historicamente os defensores dos direitos humanos são perseguidos, e na nossa região muitos deles inclusive foram silenciados, alguns historicamente continuam sendo perseguidos. Eu queria que a senhora citasse alguns nomes que considera relevantes nessa luta e, no final, eu queria que a senhora detalhasse, por exemplo, a importância do jornalista Lúcio Flávio Pinto.*

É a única voz. Ele é importante porque é a única voz. Quando ele rompeu com o jornal, digamos oficial, com *O Liberal*, por exemplo, ele passou a ter dificuldades de toda ordem: jurídicas, financeiras e de ordem pessoal também. Então, apesar de todas essas perseguições, o Lúcio não arredou o pé, ele continua firme. Às vezes, pessoalmente acho que ele deveria ter um pouco mais cuidado, de se cercar de algumas proteções, mas ele acredita naquilo que é justo e ele mete a cara, né? No estilo dele, né?

*Você acha que, um dia, ele poderia realmente correr o risco de ser assassinado? Ele já foi agredido uma vez. Você acha que, um dia, ele poderia correr um risco, algo um pouco mais grave, pelas denúncias que faz, pela voz que ele levanta?*

Olha, eu acho que essa hipótese não está descartada, não. Eu espero que isso não aconteça. E também hoje o conhecimento da pessoa do Lúcio transcende as fronteiras nacionais. Então, talvez eles não tenham coragem de matar o Lúcio por conta do conhecimento que ele tem, do reconhecimento, e do prestígio que ele tem em nível nacional e, principalmente, internacional.

A Irmã Dorothy, por exemplo, eu não acreditava que eles seriam capazes de matá-la e foram. Ela dizia: “Mas eu, uma mulher velha, não ofereço perigo para ninguém...”. No entanto, as interpretações aí podem ser diferentes, e o Lúcio incomoda muito, incomoda gente que tem muito poder e tem poder de calar advogados, juízes e promotores, e jornais também.

(Entrevista concedida no dia 14 de agosto às jornalistas Adelaide Oliveira e Maria da Conceição Golobovante)

### **Padre Bruno Secchi**

Salesiano, fundador e atual coordenador do Movimento República de Emaús. É também coordenador da Comissão Arquidiocesana de Justiça e Paz da Arquidiocese de Belém e pároco de São Domingos de Gusmão, no bairro da Terra Firme, em Belém (PA).

#### Entrevista

*Padre Bruno, eu queria que o senhor fizesse um diagnóstico da luta pelos direitos humanos aqui em Belém e, principalmente, na nossa região, na região amazônica.*

A luta pelos direitos humanos na região amazônica, ela é intimamente ligada à preservação da cultura, da terra da Amazônia, das terras da Amazônia, do povo da Amazônia, dos povos da Amazônia... Em dimensões extremamente amplas, passou por lutas tremendas e por situações que exigiram muito dos defensores dos direitos humanos e da luta pelos direitos humanos, principalmente na implantação dos grandes projetos, que fizeram com que enormes contingentes masculinos se deslocassem para Amazônia, e isso criou uma série de problemas de desestruturação das populações locais, da cultura local. Isso realmente fez com que muitas vezes se levantassem e muitos lutassem no sentido de preservar, de lutar contra a espoliação, contra a exploração indiscriminada das riquezas e da cultura daqui da Amazônia.

*Historicamente os defensores dos direitos humanos são perseguidos, e na nossa região muitos deles inclusive foram silenciados, alguns historicamente continuam sendo perseguidos. Eu queria que o senhor citasse alguns nomes que considera relevantes nessa luta e, no final, eu queria que o senhor detalhasse, por exemplo, a importância do jornalista Lúcio Flávio Pinto.*

A figura emblemática do Chico Mendes é intimamente ligada a essa luta. Paulo Fonteles, João Batista, vários sindicalistas, principalmente os ligados aos sindicatos rurais, pela defesa da terra. São pessoas que realmente marcaram a história dos defensores dos direitos humanos aqui na Amazônia. Agora, a figura de Lúcio Flávio realmente merece não somente o maior respeito, o maior reconhecimento por tudo aquilo que ele tem combatido ao longo de todos esses anos, não é? Trazendo para o conhecimento da população, da comunidade, da sociedade, tantas e tantas situações que colocavam em evidência o quanto os interesses pessoais e os interesses corporativos, os interesses mais do capital, prevaleciam frente aos interesses realmente da população, da preservação da terra, das riquezas naturais e da preservação da cultura... da cultura amazônica. Então, a figura do Lúcio Flávio, ela realmente se reveste da maior importância e ele tem sido ... Já que eu sou padre eu posso fazer essa [afirmação]... Ele tem sido a voz de um profeta e continua sendo marcado pela perseverança, pela persistência, sem se deixar dobrar, sem se deixar vencer por tantas adversidade e por tantas ações que foram movidas contra ele. No entanto, ele continua firme nesse sentido, ele é um grande exemplo pela luta, diante da verdade, diante do direito, da garantia, da dignidade aqui nessa região tão espoliada e, ao mesmo tempo, tão rica de valores e de riquezas e de tantas potencialidades.

Sendo jornalista, o Lúcio, eu acho que ele soube realmente colocar para toda a sociedade o verdadeiro papel do jornalista. Um jornalista que preza a verdade, que luta por ela e que faz da sua voz uma voz a serviço da verdade e a serviço dos fatos, sem se deixar manipular por outros interesses.

(Entrevista concedida no dia 14 de agosto às jornalistas Adelaide Oliveira e Maria da Conceição Golobovante)

**Padre Ricardo Rezende Figueira**

Doutor em Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2003); coordenador do Grupo de Pesquisa Trabalho Escravo Contemporâneo no Núcleo de Estudos de Políticas Públicas em Direitos Humanos - NEPP-DH/ CFCH/UFRJ; líder do Grupo de Pesquisa Trabalho Escravo Contemporâneo no CNPQ e professor adjunto do Departamento de Métodos e Técnicas da Escola de Serviço Social da UFRJ.

## Entrevista

*Como o senhor analisa a situação dos direitos humanos na Amazônia?*

Então, há uma violação frequente dos direitos humanos na Amazônia por duas razões: uma é, em muitas ocasiões, a ausência do Estado; e outra razão é porque o Estado, estando presente, diversas vezes ele é conivente com a situação do crime. Esse é um aspecto. O outro aspecto da violação dos direitos humanos na Amazônia se refere ao modelo econômico implantado na região, um modelo que privilegiou a grande empresa, privilegiou o modelo de exportação, a pecuária, a soja, a exportação de minérios, sem levar em conta as populações tradicionais já moradoras da região, como as populações ribeirinhas, as populações quilombolas, as populações indígenas, e sem levar em conta milhares de pessoas que migraram: camponeses pobres, alguns sem-terra e sem trabalho que migraram para a Amazônia a convite do próprio Governo Federal, a partir principalmente dos anos 70.

*Como o senhor analisa a participação do jornalista Lúcio Flávio Pinto na luta pelos direitos humanos na Amazônia?*

O jornalista Lúcio Flávio tem sido uma fonte preciosa de informação e análise sobre os problemas da Amazônia. Ele tem tido um papel relevante no estado e no País para apontar problemas, buscar razões às causas, e ele tem sido uma voz que, corajosamente, tem defendido questões que são extremamente atuais na Amazônia. De fato, muitas vezes ele tem agido como um Dom Quixote, não é? Com seu *Jornal Pessoal* ele tem cumprido, de fato, um papel social muito importante na luta pelos direitos humanos na Amazônia. É uma pessoa apaixonada pela Amazônia, é apaixonado pelas causas paraenses e tem buscado respostas locais para os problemas locais.

(Depoimento à jornalista Cláudia Leão, por telefone, em 15 de setembro de 2009).

## LÚCIO FLÁVIO PINTO: OBRAS PUBLICADAS



### 1. Amazônia, o anteato da destruição

Editora Grafisa – Belém, 1977. 372 páginas (2ª edição, 1978).

### 2. Amazônia: no rastro do saque

Editora Hucitec – São Paulo, 1980. 219 páginas.



### 3. Carajás, o ataque ao coração da Amazônia

Editora: Marco Zero – São Paulo, 1982. 112 páginas (2ª edição ampliada, 1982, 140 páginas).



### 4. Jari: toda a verdade sobre o projeto de Ludwig

Editora Marco Zero – São Paulo, 1984.

### 5. Amazônia, a fronteira do caos

Edição do autor – Belém, 1991. 159 páginas.



### 6. Amazônia, o século perdido

Edição Jornal Pessoal – Belém, 1992. 160 páginas.

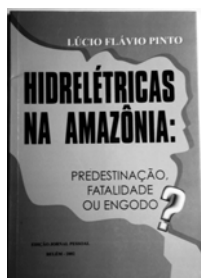
### 7. Panará: a volta dos índios gigantes

Com textos de Ricardo Arnt, Lúcio Flávio Pinto e Raimundo Pinto.

Fotos de Pedro Martinelli. Instituto Socioambiental – São Paulo, 1997. 168 páginas.



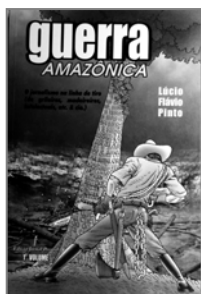
**8. Internacionalização da Amazônia**  
Edição Jornal Pessoal – Belém, 2002. 57 páginas.



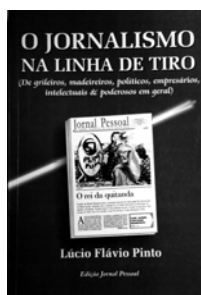
**9. Hidrelétricas na Amazônia**  
Edição Jornal Pessoal – Belém, 2002. 124 páginas.



**10. CVRD: a sigla do enclave na Amazônia**  
Editora Cejup – Belém, 2003. 256 páginas.



**11. Guerra amazônica: o jornalismo na linha de tiro (de grileiros, madeireiros, intelectuais, etc & cia.) – 1º volume**  
Edição Jornal Pessoal – Belém, 2005. 300 páginas.



**12. O jornalismo na linha de tiro**  
Edição Jornal Pessoal – Belém, 2006. 530 páginas.

**13. Contra o poder**

Edição Jornal Pessoal – Belém, 2007. 278 páginas.

**14. Memória do cotidiano**

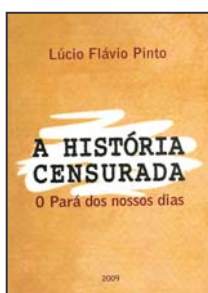
Edição Jornal Pessoal – Belém, 2008. 225 páginas.

**5. A agressão**

Edição Jornal Pessoal – Belém, 2008. 183 páginas.

**16. Amazônia sangrada (De FHC a Lula)**

Edição Jornal Pessoal – Belém, 2008. 362 páginas.

**17. A história censurada: o Pará dos nossos dias**

Edição Jornal Pessoal – Belém, 2009. 123 páginas.



## CRÉDITOS

### **Comitê de indicação de Lúcio Flávio Pinto ao 10º Prêmio USP de Direitos Humanos**

Cláudia Leão, Izabel Birolli, Maria Christina Monteiro, Maria da Conceição Golobovante, Rose Silveira e Sílvio di Sant'Anna

### **Dossiê Lúcio Flávio Pinto e a Defesa do Direito à Informação**

#### Texto

Rose Silveira

#### Imagens/reproduções

Cláudia Leão

#### Fotografia de Lúcio Flávio Pinto

Maria Christina Barbosa

#### Entrevista D. Fr. Alano Pena e Padre Ricardo Rezende Figueira

Cláudia Leão

#### *Vídeo*

#### Argumento

Maria da Conceição Golobovante

#### Roteiro, edição e montagem

Leonardo Pinto

#### Digitalização de áudio

Marcelo Fernandes

#### Roteiro de entrevistas

Adelaide Oliveira e Maria da Conceição Golobovante

#### Depoimentos

D. Fr. Alano Pena, Elias Ribeiro Pinto, Jean Hébette, Rosa Marga Rothe, Padre Bruno Secchi e Padre Ricardo Rezende Figueira

\* As entrevistas de Elias Ribeiro Pinto e Jean Hébette foram extraídas do programa *Regatão Cultural*, produzido pela TV Cultura do Pará. As de Lúcio Flávio Pinto foram retiradas tanto deste programa quanto dos documentários *Jornal Pessoal 20 anos*, de Dimitri Maracajá, e *Belém anos 80*, de Allan Kardec.

#### Agradecimentos

Academia Amazônia, Dimitri Maracajá e TV Cultura do Pará